



Anais da Assembléia

Nº 17

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 21 DE MARÇO DE 1980.

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1980

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Mário Celso e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício à COPEL, solicitando sejam tomadas providências para que a rede de energia elétrica do Município de Formosa d'Oeste alcance a Vila São Paulo.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A Vila São Paulo, próspero distrito do Município de Formosa d'Oeste, apesar de congrega considerável número de habitantes, ainda não está servida de energia elétrica.

A população daquela localidade, já de há muito tempo vem reivindicando por esse benefício.

Situado no Município de Formosa d'Oeste, que contribui consideravelmente para a arrecadação estadual, é justo que seja alcançado por essa melhoria pública.

Já não é a primeira reivindicação que se faz através deste Deputado e Parlamento, atitude que causa atritamento no bom relacionamento de parlamentares com essa Companhia, além de constituir essa omissão uma atitude de desrespeito ao próprio Legislativo estadual.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-

ções, atendidas as formalidades legais, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Oscar Alves, Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, solicitando informações quanto ao Posto de Saúde da localidade de Luz Marina, Município de Toledo, bem como solicitar medidas urgentes para sua plena funcionalidade, com instrumental e material adequados.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

a) — O Distrito de Luz Marina, Município de Toledo, possui um contingente populacional em torno de 14 mil habitantes, sendo a grande maioria ligada às pequenas propriedades ou tão somente meeiros, sitiantes, parceiros e arrendatários;

b) — É evidente, pois, que a renda pessoal e familiar daquela população não é satisfatória, havendo dificuldades cotidianas para os necessários cuidados com a saúde coletiva;

c) — Assim, o Posto de Saúde local, tão comentado e festejado no último período eleitoral, na prática não tem funcionado, inexistindo os mínimos instrumentos de trabalho, bem como remédios, que impede a competente ação profilática;

d) — Portanto, de grande valor social a funcionalidade de Postos de Saúde, como o em referência, até par que as populações menos privilegiadas, ainda não atingidas pelo processo desesperador do êxodo rural, obtenham assistência sanitária no seu próprio meio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, submete à apreciação deste Plenário, pedido para envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação e ao Sr. Governador do Estado, solicitando a criação de colégios estaduais nos Distritos de Mal. Cândido Rondon, a fim de atender à altura e oferecer condições de estudo a todos os alunos daquelas comunidades.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1980.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação se prende às reivindicações dos moradores dos Distritos de Entre Rios, Pato Bragado, Margarida, Porto Mendes, Mercedes, Novo Horizonte, Iguaporã e Quatro Pontes, no sentido de se verem prejudicados com a falta de Colégios Estaduais de 1.º e 2.º graus em suas comunidades e pelo fato de serem atendidos tão somente por colégios particulares da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC).

Os moradores dos distritos citados reivindicam a criação dos Colégios Estaduais, tendo em vista a exorbitância das anuidades cobradas pelos Colégios da CNEC, e que não estão ao alcance da maioria dos pais de alunos aptos a frequentar as escolas sob aquele regime.

Considerando que o Município de Mal. Cândido Rondon possui apenas um Colégio Estadual de 1.º e 2.º graus, o que de forma alguma atende as potencialidades estudantis daquele município, nada mais justa a reivindicação daquele povo e a aprovação da mesma pelos legisladores desta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação

ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, pedindo a conclusão de retificação de traçado entre a sede do Município de Capitão Leônidas Marques ao Distrito de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O DER realizou os trabalhos de retificação de traçado no referido trecho até a localidade de Alto Alegre, faltando 12 quilômetros para conclusão total.

Em virtude de tratar-se da principal ligação para escoamento de safras do município, solicitamos providências urgentes para conclusão desta obra.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, primeiro orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao propor à Casa que se remeta ao Tribunal de Contas do Estado a petição, juntada ao requerimento de sua autoria, o nobre Deputado Cyro Martins não justificou as razões que possam embasar sua pretensão.

Evidente que não se trata de denúncia. É mera representação de uma pessoa dando ciência ao órgão do Ministério Público em que noticia um fato típico, no seu entender, sujeito a punibilidade.

Para tornar-se denúncia, vale dizer, conter a idoneidade de uma acusação formal, carece a petição endereçada de merecer, por parte do Ministério Público, a devida acolhida, ou seja, endossada e devidamente capitulada para transformar-se em Denúncia.

Esta, por sua vez, terá que ser Recebida pelo MM. Juiz de Direito, a quem caiba competência para julgamento da possível ação criminal.

Temos assim, de que a documentação apresentada e juntada ao requerimento, não é idônea para comprovar nada, muito menos a prática de ação punível pela Justiça Criminal.

Ora, pretender que a Assembléia Legislativa endosse tal pretensão, data vênua, é pretender que se ateste de público o total desconhecimento da sistemática processual do nosso direito positivo. E mesmo que a Casa enviasse ao Tribunal de Contas, esta nada poderia fazer a mais que se a "pretendida denúncia" fosse enviada pessoalmente pelo subscritor.

A diferença que pode haver, não é na órbita jurídica, o que efetivamente interessaria, mas essencialmente política, ou seja: busca o requerimento ganhar notoriedade e divulgação por quanto se entenderia que o Poder Legislativo estaria endossando a denúncia, contra um seu ex-membro, hoje Prefeito Municipal.

Ocorre que, nada de concreto, processualmente falando, existe para alicerçar uma denúncia de tamanha gravidade. Por outro lado, este Poder tem ciência factual por estar registrado sobejamente em seus Anais, a discórdia política entre o Prefeito de Ponta Grossa e o nosso ilustre Colega, Cyro Martins.

Todavia, estas querelas políticas, pela disputa de liderança municipal, não podem fundamentar decisão deste Poder, pelo porte e pela gravidade do precedente que se poderia abrir aqui. Se aqui, estivéssemos a enviar aos tribunais, notícias de falcaturas, ilegalidades e cometimento de corrupção de autoridades públicas, já teríamos que ter execrado perante a opinião pública estadual, os Scanagatas, os Babinski, os Osni Netos da vida, que desfalam diariamente pelas manchetes jornalísticas.

Assumi, Sr. Presidente, a tribuna, para posicionar contrariamente ao requerimento do Deputado Cyro Martins, por entender que o objetivo do mesmo é atingir a opinião pública, e não o Tribunal de Contas. Sua Excelência poderá entregá-lo

ou protocolá-lo pessoalmente junto ao Tribunal de Contas. Deixe o Poder Legislativo fora dos rancores pessoais que são recíprocos e mútuos com o atual Prefeito da Princesa dos Campos.

Por outro lado, parece-me muito sintomático que surja o assunto, imediatamente depois deste Deputado ter tecido críticas aos ex-companheiros de partido político que aderiram ao Governo, entre os quais, se enumera o acusado da representação que se discute.

Todavia, se nossa posição é de condenar os adesistas e os que maliciosamente renegaram os ideais oposicionistas, não se confundam em pensar que nos move o rancor e o sentimento revanchista. Não.

Combateamos o adesismo e o fisiologismo como um mal político, como uma deturpação dos costumes e prática eleitoreira de que o atual regime, como ninguém, está sabendo explorar.

Não seremos instrumentos para atacar pessoas, sejam elas adesistas ou não. Nossa posição crítica, não nos levará às paixões cegas e desenfreadas, porque elas também se constituem em certo tipo de fisiologismo. A luta da oposição é por princípios e causas. Pela causa da justiça e pelos princípios é que não pretendemos ser defensores aqui, de homens que hoje pertencem a outros partidos.

Se a defesa se fizer necessária que assumam seus novos correligionários. Nós, pelo que ficou demonstrado, não constituímos boa companhia e possível até não despertemos confiança para funcionarmos como defensores. Aos merecedores da confiança do acusado, se lhes atribua, a defesa.

Assim sendo, não será como um voto, mesmo de quem tem reserva moral como os adesistas, que se cometerá uma injustiça e se perpetrará, nesta Casa, uma ingerência de natureza estritamente pessoal e provinciana.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, votarei contrariamente ao requerimento, solicitando sejam as razões do meu voto transcritas para que o julgamento posterior esclareça, em definitivo, o nosso posicionamento para com os adesistas de hoje, nossos companheiros de ontem: continuamos a respeitá-los, como sempre o fizemos, porque cidadãos, nossas reservas surgiram e ficarão para desautorizar seus comportamentos políticos. Enganam-se pois, aqueles que acreditam que por não termos mais nas fileiras da Oposição, companheiros de ontem, sirvamos hoje de instrumentos emocionais para perpetração de maldades ou cometimento de injustiças.

Todo homem é inocente até prova em contrário. O requerimento não traz provas, mas sim meros indícios. Só a idoneidade é veemência de provas, fruto do contraditório, teriam o condão de fazer com que este Parlamento se sensibilizasse pela "notícia de corrupção", infelizmente tão freqüente e tão protegida pelos donos do poder.

Mas, há um Poder próprio para isso, o Judiciário, a ele se dirija o interessado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidélino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Andou bem o Deputado Nilso Sguarezi, fazendo a sua crítica a respeito da pretensão do eminente Deputado por Ponta Grossa, de quem gozamos grande amizade e tributamos grande respeito.

Entretanto, também não haveria de permitir que se esvasiasse a oportunidade que agora se apresenta, de fazermos uma apreciação a respeito do seu requerimento. Qualquer requerimento de natureza política, administrativa ou reivindicatória, é procedente aqui nesta Casa.

Mas já se fez escola aqui de que problemas de natureza e

da ordem judiciária devem ser tratados com determinada reserva por este Parlamento. O requerimento do eminente Deputado Cyro Martins, apenas busca uma escalada, no meu modo de entender, para atribuir a proporções mais elevadas uma querela política de nível municipal.

E não venho fazer defesa de quem quer que seja e até deixo aqui as minhas mais profundas reservas, e até repulsa pela alteração partidária que aquele cidadão que dirige Ponta Grossa está agora submetido.

Mas, a minha posição, Sr. Presidente, é uma posição que me parece do mais alto sentido de justiça e de respeito a este Parlamento. O requerimento faz alusão a uma petição que teria sido encaminhada por um eleitor, por um cidadão de Ponta Grossa ao Ministério Público daquela cidade. A petição é apenas uma notícia de um fato que pode até não ser criminoso, pode ser típico, pode ser anti-jurídico e quem sabe até não seja culpável.

Agora, não se trata de um ato reconhecidamente delituoso, ao menos aprioristicamente, porque a figura jurídica da denúncia deve preencher determinados requisitos formais que a lei processual vigente prevê, prescreve e exige.

Entre esses requisitos há que ser um fato, que este fato seja indiscutivelmente criminoso, e que o autor deste fato seja efetivamente culpável de acordo com as prerrogativas da doutrina penal.

Então, Sr. Presidente, é ato pelo qual o Ministério Público, que é representante do Estado, formula uma acusação perante o Juiz competente, a fim de que se inicie uma ação penal contra determinada pessoa a quem se imputa a autoria de um crime.

Agora, o documento juntado ao requerimento do eminente Deputado, não traz senão uma notícia de fato, que no meu entender, não parece ainda configurar-se num crime. Primeiro, se há adulteração das notas, pode até ter acontecido adulteração, não por parte do Prefeito ou de funcionários da municipalidade. Pode ser um fato criado pela firma vendedora dos objetos apontados.

E de que forma ficaria este Legislativo, Sr. Presidente, se adiantando a um Juiz o que pertence ao Judiciário? Seria até uma invasão de competência.

Agora, na parte que toca aos problemas políticos em si mesmo, a translação de um partido para outro, fica aqui também a minha solidariedade ao Deputado Cyro Martins. Os homens de bem, via de regra, não alteram os seus pensamentos, as suas idéias, os seus posicionamentos e a sua envergadura perante a sociedade e perante sua família, e por isso não mudam de partido. Até porque, partido político é apenas o conduto que dirige os homens nos seus objetivos maiores. Partido político há de ser coordenador de idéias de uma determinada sociedade. São segmentos sociais, são postulados maiores do que as pessoas, são instituições que nascem de uma determinada época e num determinado estágio da sociedade.

Agora, Sr. Presidente, a notícia de que teria ele cometido um crime, haverá de ser abstraída por este Parlamento.

Se assim não fosse, Sr. Presidente, este Parlamento deveria ter tomado uma posição no problema de Cascavel. No problema de Cruzeiro do Oeste e de tantos outros que têm chegado ao conhecimento desta Casa.

Mas, não é o objetivo desta Casa, estar criando divisões nos Poderes constituídos. E mais, Tribunal de Contas, que já recebeu deste Deputado, e que nós fizemos representação direta para o Tribunal de Contas, das mais absurdas falcatruas acontecidas em Catanduvas. De venda de praças públicas. De vendas de terrenos deixados por loteamento para construção de igrejas, de escolas, e que foram objeto de alienações e que nem por isso o Tribunal criou qualquer obstáculo.

Estes tribunais que andam por aí, à mercê e à reboque do Governo, deste Governo arbitrário, que nomeia os seus compo-

nentes a título de benefício de compadresco político; eu não acredito em tribunais de nossos tempos.

Com toda sinceridade, seja ele deste ou daquele Poder, ou seja o próprio Poder.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 138/79, que institui no Estado do Paraná, através da Secretaria de Cultura e Esportes, o Concurso de Fanfarras e Bandas. —

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 138/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica instituído, na Secretaria de Cultura e Esportes, o concurso de Fanfarras e Bandas.

Art. 2.º — Para a organização e direção do concurso previsto no artigo anterior, a Secretaria de Cultura e Esportes credenciará a União Cívica Feminina Paranaense, entidade reconhecida como de utilidade pública pela Lei nº 5265, de 21 de janeiro de 1966.

Art. 3.º — As despesas com a execução do Concurso criado por esta lei, correrão à conta da dotação própria do Orçamento Geral do Estado, consignada anualmente.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de março de 1980.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 173/79, que inclui no art. 73, da Lei nº 7051, de 04/12/78, parágrafo com redação que especifica. (Regula matéria relacionada com o pessoal da Coordenação da Receita do Estado - CRE). — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança, encarecendo seja destinada uma viatura à Sub-delegacia do Distrito de Boa Vista da Aparecida, no Município de Capitão Leônidas Marques. — Aprovado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Deferido. Será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

10 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 150/79; 1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 184, 151 e 156/79.

Levanta-se a Sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:

PORTARIA Nº 193/80

contar, em favor de ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN, matrícula nº 096, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A", do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) anos, nove (09) meses e dezessete (17) dias, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, de acordo com a Lei nº 7050, de 04 de dezembro de 1978.
(Protoc. nº 1085/80).

PORTARIA Nº 194/80

antecipar, para a partir de 1º de fevereiro de 1980, as férias concedidas pela Portaria nº 087/80, à funcionária IZABEL FREITAS, matrícula nº 534, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "B", do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
(Protoc. nº 870/80).

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de fevereiro de 1980.

(a) LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP
Diretor Geral

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E:

PORTARIA Nº 195/80

autorizar, DANIEL PEREIRA NETO, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, percebendo setenta (70) horas extras mensais, no período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1980.
(Protoc. nº 539/80).

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de fevereiro de 1980.

(a) LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP
Diretor Geral

PORTARIA Nº 196/80

revogar a Portaria nº 387/79, de 15 de maio de 1979, que autorizou SYLVANO ALVES DA ROCHA LOURES NETO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Renato Loures Bueno, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.
(Protoc. nº 1272/80).

PORTARIA Nº 197/80

ratificar a designação do funcionário GILBERTO LAMPARELLI SILVA, matrícula nº 178, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A", do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para secretariar a Comissão de Reforma Administrativa, função que já vem sendo exercida pelo referido servidor, desde a instalação da Comissão.

PORTARIA Nº 198/80

designar, MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES, matrícula nº 217, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "D", do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento Legislativo.
(Protoc. nº 1292/80).

PORTARIA Nº 199/80

transferir para 1º a 30 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria nº 87/80, à funcionária CARMEM APARECIDA FREGONEZE, matrícula nº 098, ocupante do cargo de Assistente Legislativo "A", do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
(Protoc. nº 1240/80).

PORTARIA Nº 200/80

I — revogar a Portaria nº 094/80, de 29 de janeiro de 1980, que designou para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo, o funcionário ANTÔNIO BERALDO, ora à disposição deste Poder; e,
II — designar o funcionário acima citado, para prestar serviços como Motorista do Gabinete da 1ª Secretaria, no período compreendido entre 29 de janeiro a 31 de dezembro de 1980.
(Protoc. nº 1448/80).

PORTARIA Nº 201/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de HILDA MATHIES BLANC, matrícula nº 328, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "C", do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.
(Protoc. nº 1223).

PORTARIA Nº 202/80

revogar a Portaria nº 872/79, de 28 de dezembro de 1979, na parte que se refere à funcionária SILVERLEI MARIA TEIXEIRA KAIMOTO, ora à disposição deste Poder, que autorizou a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Gabinete do Deputado Lineu Mansani Turra, a partir de 12 de fevereiro de 1980.
(Protoc. nº 1101/80).

PORTARIA Nº 203/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NILVA MARIA MORO, matrícula nº 497, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "B", do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978 e 1979, que deixou de gozar.
(Protoc. nº 1211/80).

PORTARIA Nº 204/80

conceder à funcionária ISaura BRAVOS, matrícula nº 471, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A", do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1980, a partir de 04 de março de 1980.
(Protoc. nº 1385/80).

PORTARIA Nº 205/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIMIR AMORIM PEREIRA, matrícula nº 249, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A", do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar;
II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) de seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei 6174, a partir de 1º de outubro de 1979, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).
(Protoc. nº 374/80).

PORTARIA Nº 206/80

revogar a Portaria nº 447/78, na parte que se refere à funcionária IGLAIR SMANIOTTO, matrícula nº 298, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A", do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração,

do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, tendo em vista que a funcionária exerce as funções de Chefe da Seção de Controle e Movimentação de Processo, do Departamento Administrativo.
(Protoc. n.º 1154/80).

PORTARIA N.º 207/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ZENO PACIORNIK, matrícula n.º 411, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo "C", do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei 6174, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 29 de fevereiro de 1976 e 29 de dezembro de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio, e das férias de 1975, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da mesma Lei 6174, a partir de 29 de dezembro de 1979, data que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).
(Protoc. n.º 1022/80).

PORTARIA N.º 208/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA DO RÓCIO MEDEIROS WITOLAWSKI, matrícula n.º 425, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "D", do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.
(Protoc. n.º 1152/80).

PORTARIA N.º 209/80

designar, RONALDO DA ROCHA LOURES BUENO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Renato Loures Bueno, até 31 de dezembro de 1980.
(Protoc. n.º 1295/80).

PORTARIA N.º 210/80

I — revogar a Portaria n.º 282/79, de 09 de abril de 1979, que autorizou o funcionário OPHIR GABELINO DE SOUZA, matrícula n.º 483, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Gabinete do Deputado Jurandir Messias; e,

II — revogar o item II da Portaria n.º 286/79, de 10 de abril de 1979, que autorizou o funcionário AYRTON PRÉCOMA, matrícula n.º 511, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.
(Protoc. n.º 982/80).

PORTARIA N.º 211/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 1.º da Lei n.º 7206, de 1.º de outubro de 1979, em favor de SÉRGIO VALÉRIO ANTUNUCIO, matrícula n.º 433, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "B", do Grupo Ocupacional de Auxiliar de

Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1976, 1978 e 1979, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 22 de janeiro de 1972 e 22 de julho de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias relativas aos anos de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do dispositivo legal antes mencionado, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 22 de julho de 1975 e 22 de setembro de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1976 e 1978, contadas em dobro; e,

IV — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) de seus vencimentos, de acordo com o Art. 170 da mesma Lei 6174, a partir de 22 de setembro de 1979, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).
(Protoc. n.º 401/80).

PORTARIA N.º 212/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de Francisco Taborda Ribeiro, mat. n.º 375, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "C", do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248 da referida Lei 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 1.º de janeiro de 1955 e igual data de 1960;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da referida Lei, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 29 de abril de 1965 e 29 de junho de 1974, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1971 e 1972, contadas em dobro;

IV — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o mesmo dispositivo legal, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 29 de junho de 1974 e 28 de fevereiro de 1978, antecipado em razão da incorporação correspondente ao decênio anterior e das férias referentes aos anos de 1974 e 1975, contadas em dobro;

V — conceder, de acordo com o Art. 170, da citada Lei 6174, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) de seus vencimentos, a partir de 09 de janeiro de 1975, data em que, em razão da prescrição quinquenal, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%);

VI — conceder, nos termos do Art. 170, da mesma lei, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 15 de setembro de 1978, data em que, em razão das contagens referentes aos itens I, II, III e IV, acima, completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

(Protoc. n.º 332/80).

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de março de 1980.

(a) LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP - Diretor Geral

ATIVO
DISPONÍVEL
Tesouraria

EXECUÇÃO DA DESPESA
Venc. e Vantagens Fixas
Desp. Variáveis C/P/Civil
Contribuições de Prev. Social
Outras Obrigações Patronais
Material de Consumo
Serv. de Terceiros e Encargos
Desp. do Exerc. Anteriores
Subvenções Soc. a Inst. Privadas
Inativos
Pensionistas
Salário Família
Apoio Financeiro a Estudantes
Assist. Médico Hospitalar
Outras Transf. a Pessoas
Obras e Instalações
Equip. e Material Permanente

CONTAS PENDENTES
Despesas Diferidas
Outras Contas Pendentes

SOMA - ATIVO

aa) GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
CONTADOR GERAL

7.631.966,67	7.631.966,67
--------------	--------------

25.777,549,80
15.828.539,22
489.712,04
34.200,25
1.236.745,00
10.031.601,23
202.498,40
- 0 -
8.099.849,20
1.473.840,00
300.585,80
- 0 -
- 0 -
- 0 -
- 0 -
- 0 -

63.475.120,94

3.550.000,00	3.571.105,50
21.105,50	

74.678.193,11

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO" em 05 de março de 1.980
SEBASTIÃO DE L. CARDOSO
CHEFE DIV. DE CONTAB.

PASSIVO
LIBERAÇÃO da SEC. DAS
FINANCAS

PESSOAL	
Venc. e Vantagens Fixas	25.900.000,00
Disp. Variáveis C/P/Civil	16.000.000,00
Contribuições da Prev. Social	800.000,00
Outras Contribuições Patronais	80.000,00
Outras Transf. a Pessoas	- 0 -
Inativos	8.200.000,00
Pensionistas	1.500.000,00
Salário Família	320.000,00

52.800.000,00

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO

Material de Consumo	800.000,00
Serv. de Terceiros e Encargos	8.152.476,00
Desp. do Exerc. Anteriores	300.000,00
Subvenções Sociais	- 0 -
Apoio Financeiro a Estudantes	- 0 -
Assist. Médico Hospitalar	- 0 -

9.252.476,00

CAPITAL

Obras e Instalações
Equip. e Material Permanente

62.052.476,00

CREDORES

Despesas Empenhadas	2.959.598,23
Despesas Processadas	1.820.359,39
	62.709,53
FOLHA DE PAGAMENTO	
Consignações	<u>2.732.586,99</u>

7.575.254,14

RESTOS A PAGAR

Empenhados	4.891.535,75
Processados - Credores	- 0 -
Processadas - Folha de Pag.	1.308,47
Cred. em Consignações	- 0 -

4.892.844,22

CONTAS PENDENTES

157.618,75	157.618,75	12.625.717,11
------------	------------	---------------

SOMA – PASSIVO

74.678,193,11

DIRCEU G. CORDEIRO
CHEFE SEC. CONTAB.